



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

A EVOLUÇÃO DOS ENSINOS SUPERIOR E MÉDIO E A OCUPAÇÃO DE VAGAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DO BRASIL E CEARÁ - NORDESTE DO BRASIL

ANA CANDIDA DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

ana.prado@ufca.edu.br

DEMETRIUS BARBOSA CARTAXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

demetrius@ufca.edu.br

MILTON JARBAS RODRIGUES CHAGAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

milton.rodrigues@ufca.edu.br

Resumo:

A política de expansão universitária vivenciada no Brasil nas últimas décadas gerou a criação de campi e novas universidades em diversas regiões do país, em especial nas cidades do interior. Apesar do avanço, vivenciado principalmente pelo setor privado, as metas de escolarização ainda estão longes de serem atingidas. Atualmente, verifica-se que há grande número de vagas no ensino superior que não são ocupadas. Este artigo tem por objetivo correlacionar a evolução dos ensinos superior e médio brasileiro com a ocupação das vagas ofertadas nas Instituições de Ensino Superior (IES), em especial seu efeito no estado do Ceará, Nordeste do Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental, compilando os dados junto aos Censos da Educação de Ensino Básico e de Ensino Superior no período de 2002 a 2013. Devido ao crescente número de vagas em cursos de graduação que não foi acompanhado na mesma velocidade pelo aumento no número de egressos do ensino médio, há uma grande quantidade de vagas não preenchidas no Brasil e, em menor proporção, na região Nordeste e no Estado do Ceará. Para atingir as metas educacionais, é necessário investimento no setor público e políticas integradas nos diferentes graus de ensino para que o cidadão possa consolidar, aprofundar seus conhecimentos, dando sequência a seus estudos.

Palavras-chave: Ensino Superior, Ensino Médio, Taxa de Ocupação de Vagas, Ceará, Brasil.

Introdução

Uma das grandes metas para o Brasil nos próximos 10 anos será o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Tal objetivo nacional ficou emblemático após divulgação do lema do Governo Federal: “Brasil: Pátria Educadora”.

Dentre as metas estabelecidas para o País, permanece constante um objetivo do PNE de 2001, que é levar a educação de nível superior para toda população brasileira, e em especial para aquela de faixa-etária de 18 a 24 anos (BRASIL, 2001; BRASIL, 2014) . Essa meta foi buscada principalmente por meio do aumento do número de cursos de graduação, do número de vagas ofertadas, criação de campi e instituições de ensino superior, da unificação de processos seletivos para ingresso e por meio da interiorização das Universidades.

Nesse cenário, desde 2001 diversas políticas públicas foram delineadas e implantadas com intuito atingir o objetivo de ofertar mais oportunidades ao público jovem de 18 a 24 anos e facilitar seu ingresso e permanência. Desse modo, a oferta de vagas em cursos de graduação no Brasil passou de 1.415.348 vagas (1.408.492 vagas na modalidade presencial e 6.856 vagas na modalidade à distância) em 2001 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, 2001) para 5.068.142 (3.429.715 presencial e 1.638.427 a distância) em 2013 (INEP, 2014c), um aumento superior a 250% em 12 anos .

No mesmo passo da universalização de ensino da Pátria Educadora, houve crescimento da quantidade de estudantes egressos do ensino médio no País. Porém, este crescimento não foi tão expressivo quanto às vagas do ensino superior. Os egressos de ensino médio passaram de 2,220,324 (1,855,419 ensino regular, e 364,905 ensino Educação de Jovens e Adultos - EJA) em 2001 (INEP, 2002) para 2.271.665 (1.877.960 ensino regular e 393.705 ensino EJA) em 2012 (INEP, 2013a).

Dessa forma, surge que o público alvo principal destacado pela PNE de 2001 já está atendido pela quantidade de vagas nos cursos de graduação do Brasil. Caso todos os estudantes egressos do ensino médio de 2012 fossem admitidos em 2013 em Instituições de Ensino Superior, haveria ainda 55,17% das vagas não preenchidas. Essa situação ocorreu com mais destaque no ano de 2013, quando 2.642.326 vagas (1.478.019 presencial e 1.164.307 Educação á distância - EAD) não foram preenchidas (INEP, 2014c).

Consequente, objetiva-se analisar a relação entre a ocupação e expansão de vagas e de criação de cursos de nível superior no Brasil, na região Nordeste e no Estado do Ceará e como estes fatores influem para alcançar as metas de escolarização do país.

ENSINO SUPERIOR E MÉDIO

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, em seu artigo 26, estabeleceu que todo ser humano tem direito à instrução, sendo esta gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A mesma declaração informa que a educação superior deve estar baseada no mérito. Observa-se, desta maneira, de que deverão ser formuladas políticas públicas que façam com que os egressos do ensino médio estejam aptos a adentrar ao ensino superior, devendo estes egressos possuírem habilidades e competências que os tornem merecedores de ocupação de vagas destinadas pela Instituições de Ensino Superior.

O Ensino médio esta contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e possui algumas finalidades, conforme mencionadas a seguir:

"...Art. 35 - O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina" (BRASIL, 1996).

De acordo com o Estudo Técnico, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas e Administração da Educação (IPAE, 2015), o ensino médio deve ter anos letivos com pelo menos 800 horas e 200 dias letivos, sendo que a carga horária pode variar conforme o projeto pedagógico, entretanto não pode ser inferior a 2.400. O Conselho Nacional de Educação entende que a hora, para fins da lei, corresponde a 60 minutos, e assim devem contemplar 144.000 minutos.

O Estudo Técnico, acima citado, demonstra que o ensino médio bem estruturado é fundamental para que exista um elo de ligação entre o fundamental e a educação superior e a criação de políticas específicas para o ensino profissional tende a se expandir, fazendo com que a formação integral do jovem se faça via o ensino médio regular ou, quando for o caso, na modalidade de jovens e adultos.

As taxas de escolarização líquida – índices que mostram quantos estudantes frequentam a etapa correta em relação à sua idade – melhoraram nos últimos no Brasil, mas continuam muito inferiores aos almejados. No ensino médio, passou de 30,8% para 50,4% de 1998 a 2008 (BRASIL, 2001; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2009). Em 2008, a taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino superior da população residente de 18 a 24 anos era de 13,6% (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012). Apesar da melhora, ainda apresentamos um reduzido número de estudantes na etapa educacional correta.

No que se refere ao ensino superior, este é tratado no Capítulo V, dos artigos 43 ao 57 da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) e tem por finalidade, dentre outras: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica e estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais.

A expansão da educação superior no Brasil tem sido objeto de políticas educacionais centradas em processos de diversificação e de diferenciação institucional, especialmente no setor privado. Tais processos expansionistas foram implementados, sobretudo, depois da segunda metade da década de 1990 (DOURADO,2001).

A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização (Art. 45 da Lei 9394/96) (BRASIL, 1996). Para que haja o acesso dos egressos do ensino médio para o ensino superior, o governo estabelece programas que adotam critérios para a ocupação de vagas nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, estes programas serão abordados sucintamente na próxima seção.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

No que se refere às políticas públicas para a educação, o governo federal adota alguns programas que visam expandir o ensino superior e facilitar o acesso a toda população. Dentre estes programas pode-se citar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Este programa foi instituído pelo decreto nº 6.096/2007 e tem como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

O REUNI tem como meta principal a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (REUNI, 2007).

Algumas diretrizes do Reuni são: a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; a ampliação da mobilidade estudantil; a revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil e a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Outro programa educacional é a Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio deste, as universidades públicas ofertam cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. O público prioritário para atendimento deste programa são os professores que atuam na educação básica, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 e tem por objetivo expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, por meio da modalidade de educação a distância.

O setor privado de educação superior também foi incentivado por meio de programas do governo federal. Em 2001, na forma da Lei 10.260/2001, o governo lançou o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e em 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O FIES é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas. Podem recorrer ao empréstimo

os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Por meio do PROUNI, o governo federal concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda bruta familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Além disso, o candidato deve satisfazer a condições sobre escolaridade no ensino médio, deficiência ou ser professor na rede pública.

Além do incentivo para o aumento da oferta de vagas, houve fomento às políticas e aos programas de inclusão e de ações afirmativas. Destacando-se a política de cotas (Lei nº 12.711/2012) que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos que se autodeclaram preto, pardo ou indígena. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

Já para a garantia e melhoria da qualidade, o governo brasileiro implantou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) ao sancionar a lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

O SIANES avalia o ensino, pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos relacionados às instituições de ensino superior (IES), cursos e desempenho estudantil. As informações obtidas com o SINAES devem ser utilizadas pelas IES, para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

RELAÇÃO ENTRE O ENSINO SUPERIOR E MÉDIO

Nas últimas duas décadas o Brasil, está aumentando consideravelmente o número de vagas no ensino superior.

A lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para os anos de 2001 a 2010, traçou um diagnóstico, estabeleceu diretrizes e previu objetivos e metas para os diversos níveis da educação brasileira, tendo a faixa etária de 18 a 24 anos sendo considerada adequada pelo governo brasileiro para o jovem estar matriculado no ensino superior e denominada como faixa de escolarização líquida.

O PNE de 2001 estabeleceu uma política de expansão com objetivo a diminuir as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País e um amplo sistema interativo de educação à distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada (BRASIL, 2001).

A porcentagem de habitantes com idade entre 18 a 24 anos que estavam matriculados na educação superior era de 2001 a 2008 subiu de 8,8 para 13,6% (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012). Apesar do aumento, a proporção é considerada pequena frente às metas do PNE de 2001 e 2014. O PNE de 2001 previa que em 2010, que pelo menos, 30% dos

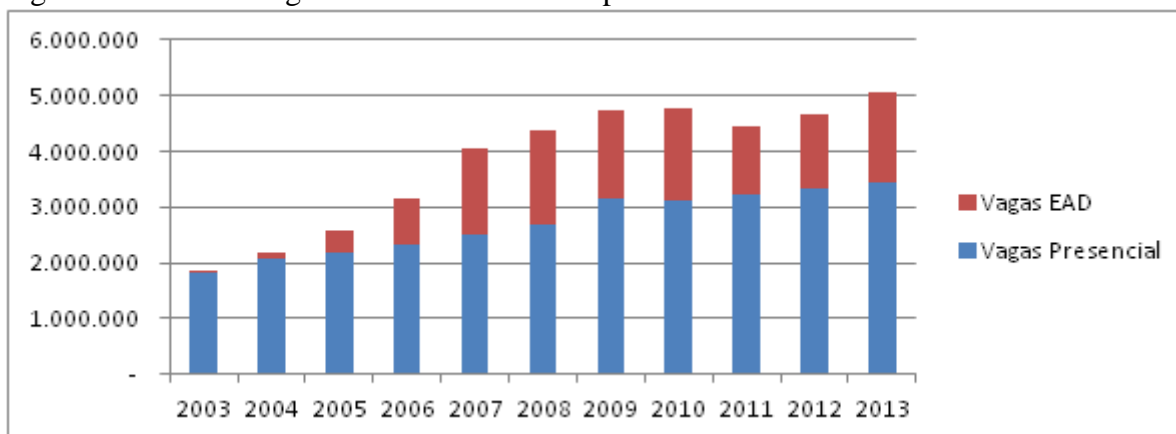
juvencs desta faixa etária estariam no ensino superior. Em 2014, um novo Plano Nacional de Educação foi lançado pela lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, para ser implantado entre os anos de 2014 e 2024. A meta 12 do novo PNE é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento (50%) e a taxa líquida para trinta e três por cento (33%) da população de dezoito a vinte e quatro anos (18-24), assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento (40%) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Assim, diferentes políticas públicas de educação foram efetivadas, tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI)

Estas políticas elevaram de forma significativa o número de vagas para a entrada de estudantes na graduação do sistema de ensino superior, conforme verificado na figura 1. Em 10 anos, de 2003 a 2013, o número de vagas no ensino superior subiu de 1,8 milhões para 5 milhões. As vagas que eram mínimas na Educação à Distância (EAD) tiveram um crescimento pronunciado neste período e são a aposta para atingir a meta do PNE de 2014.

Porém, nem todas essas vagas se traduzem em novos estudantes universitários, Apesar de serem ofertadas 5 milhões de vagas, somente 2,7 milhões de estudantes ingressaram no ensino superior em 2013, sendo 2,4 milhões por processo seletivo e 300 mil por outras formas (INEP, 2014c).

Figura 1. Oferta de vagas de cursos de nível superior no Brasil 2003 a 2013.



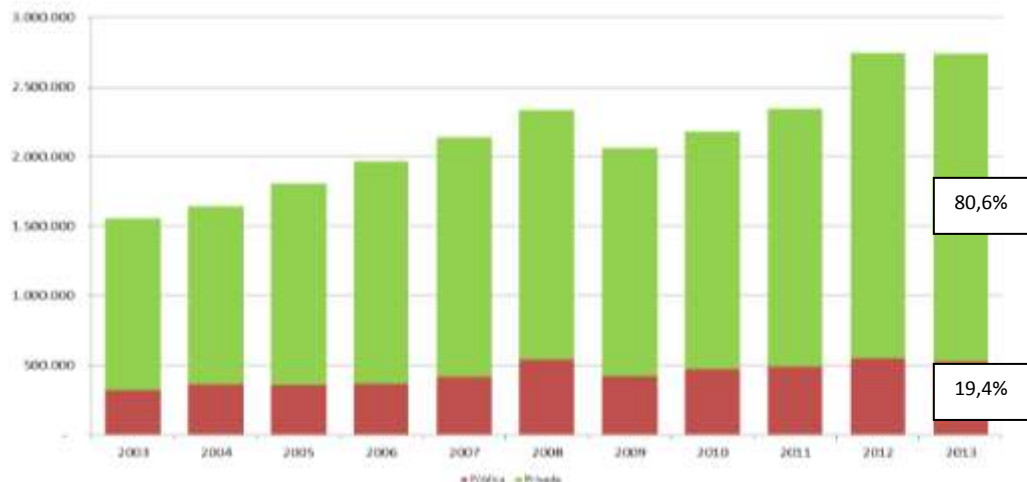
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2004b; 2005b; 2006b; 2007; 2008b; 2009b; 2010b; 2011b; 2012b; 2013b, 2014c).

Salientasse que dos 5 milhões vagas ofertadas em 2013, a grande maioria se concentra na rede privada: enquanto foram ofertadas 577.974 (11,4%) vagas em instituições públicas, foram oferecidas 4.490.168 (88,6%) pela rede privada (INEP, 2014c).

Entre os anos de 2003 a 2013, a taxa média de crescimento do número de ingressos na rede pública foi de 5,0% e, na rede privada foi de 6,0%. Pode ser observado uma maior taxa de crescimento dos últimos dois anos foi na rede privada, evidenciando-se com destaque nos anos de 2011 a 2013, nos quais os ingressos na rede pública cresceram de 8,2%, enquanto na rede privada foi de 19,1%. Assim, no ano de 2013, 80,6% dos ingressantes no ensino superior

no Brasil foram na rede privada e, somente, 19,4% na pública, como demonstra a figura 2 (INEP, 2014c). Dessa forma o número total de alunos matriculados subiu de 2,1 de milhões em 1998 (BRASIL, 2001) para 7,3 milhões em 2013 (INEP, 2014c).

Figura 2. Evolução do número de ingressantes na Educação Superior, por categoria administrativa- Brasil 2003-2013.

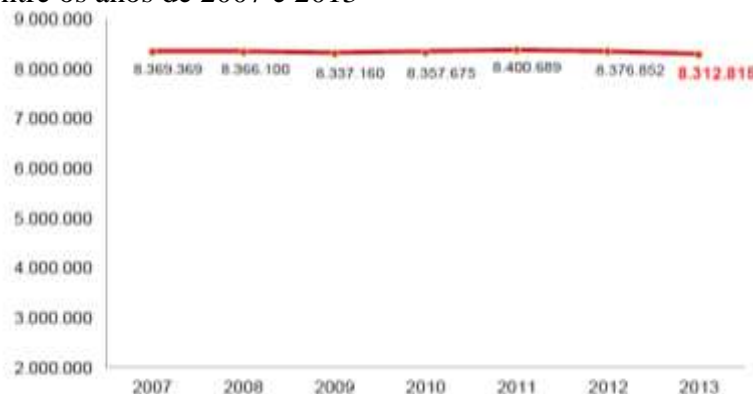


Fonte: Modificado de INEP (2014b).

Considerando que o grande público natural para o ingresso no ensino superior são os egressos do ensino médio, verificamos que o avanço no número de alunos matriculados nesta fase de ensino evolui em menor grau do que ensino superior. Em 1998, estavam matriculados no ensino médio aproximadamente 7 milhões (6.968.531) estudantes, (BRASIL, 2001).

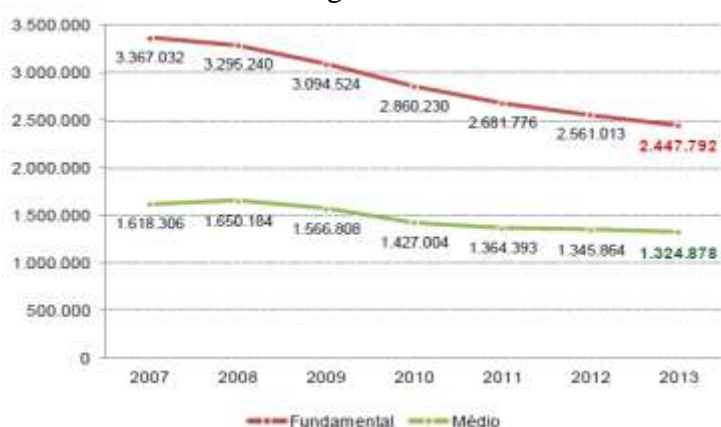
A figura 3 traz a evolução do número de alunos matriculados no ensino médio regular no Brasil entre os anos de 2007 e 2013 e, a figura 4, mostra a evolução do número de matrículas de jovens e adultos (EJA) entre os mesmos anos. Em 2013, o número total de matrículas no ensino médio no Brasil, seja normal, magistério, integrado ou EJA, foi aproximadamente 9,6 milhões (INEP, 2014a).

Figura 3. Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Médio Regular no Brasil entre os anos de 2007 e 2013



Fonte: INEP (2014a).

Figura 4. Evolução do número de alunos Jovens e Adultos matriculados nos Ensinos Fundamental e Médio Regular no Brasil entre os anos de 2007 e 2013



Fonte: INEP (2014a).

Comparando o valor do número de estudantes concluintes do ensino médio do ano anterior, 2012 (aqueles que naturalmente ingressariam nas Instituições de Ensino Superior) com o número de vagas ofertadas pelas IES em 2013, vemos que houve 2.271.665 egressos do ensino médio e 5 milhões de vagas do ensino superior. A inferioridade do número de egressos no ensino médio provavelmente é uma das causas da baixa taxa de ocupação das vagas de graduação no referido ano, quando somente 48% do total de vagas (2.425.816) no Brasil foram ocupadas por estudantes que passaram pelos diferentes processos seletivos (ver tabela 1).

O menor número de egressos do ensino médio comparado com as vagas ofertadas é um dos motivos da não ocupação de 87 mil vagas ofertadas no ensino superior público no ano de 2013 (tabela 1), equivalente a uma taxa de ocupação de 85%. Na rede pública, a menor taxa de ocupação, foi nas licenciaturas com 77% e mais de 43.000 vagas não ocupadas, seguido pelo grau tecnológico, 82%, análogo a 11 mil vagas ociosas.

Tabela 1. Comparação entre o número de vagas ofertadas e o número de Ingressos por processos seletivos no ensino superior brasileiro no ano de 2013 por organização e grau acadêmico segundo a categoria administrativa da Instituição de Ensino Superior (IES).

Categori a Adm.	Vagas					Ingressos (considerando somente por processo seletivo)					Taxa de Ocupação				
	Total	Bach.	Lic.	Tec.	NA	Total	Bach.	Lic.	Tec.	NA	Tota l	Bac h.	Lic.	Tec .	NA
Total Brasil	5.068.142	2.647.448	990.512	1.415.300	14.882	2.425.816	1.515.053	418.410	479.141	13.212	48%	57%	42%	34%	89%
Pública	577.974	313.293	186.820	63.852	14.009	490.819	282.037	143.472	52.445	12.865	85%	90%	77%	82%	92%
Federal	321.398	190.119	95.561	26.362	9.356	299.016	183.631	83.655	22.941	8.789	93%	97%	88%	87%	94%
Estadual	164.098	63.557	69.264	26.624	4.653	139.006	60.962	49.860	24.108	4.076	85%	96%	72%	91%	88%
Municip al	92.478	59.617	21.995	10.866	.	52.797	37.444	9.957	5.396	.	57%	63%	45%	50%	-

Privada	4.490.168	2.334.155	803.692	1.351.448	873	1.934.997	1.233.016	274.938	426.696	347	43%	53%	34%	32%	40%
---------	-----------	-----------	---------	-----------	-----	-----------	-----------	---------	---------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

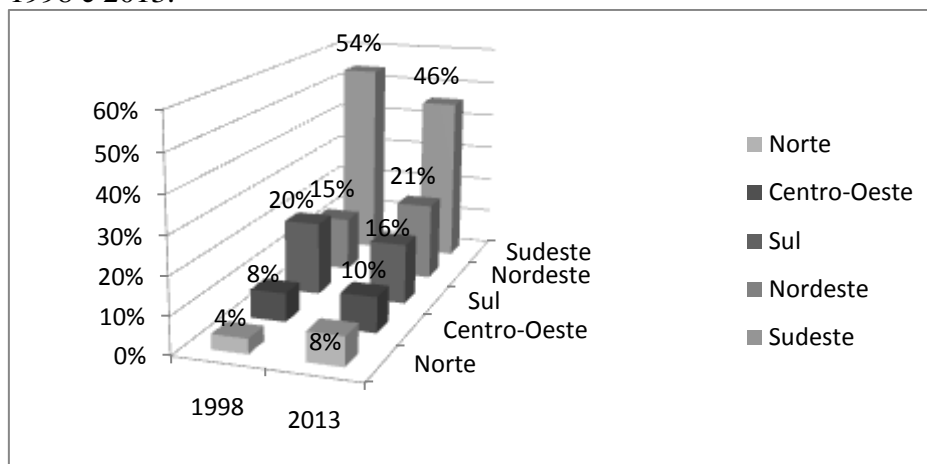
Fonte: Modificado de INEP, 2014c.

Notas: Adm. = Administrativa; Bach. = Bacharelado; Lic. = Licenciatura,; Tec. = Tecnólogo; NA = Não Aplicável.

Um dos objetivos da política educacional brasileira de 2001 era promover a interiorização da educação superior brasileira.

Segundo o Plano Nacional de Educação de 2001 (BRASIL, 2001), no ano de 1998, o panorama de distribuição de matrículas do ensino superior por região era concentrado nas regiões Sul e Sudeste. Como demonstra a figura 5, houve avanços na distribuição de matrículas por região, principalmente com o crescimento na região do Nordeste do Brasil que em 15 anos, aumentou em 6% sua participação do número de matrículas no país. Isto em números absolutos foi um avanço de 310.159 (BRASIL, 2001) matrículas em 1998 para 1.521.706 em 2013 (INEP, 2014c).

Figura 5. Evolução da distribuição do número de matrículas por unidade federativa –Brasil 1998 e 2013.

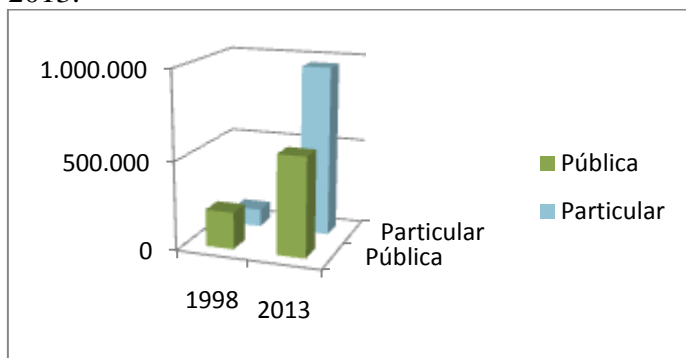


Fonte: Elaboração própria a partir de compilação dos dados Brasil (2001) e INEP (2014c).

Conforme representado na figura 6, o crescimento na região nordeste se deu principalmente pelo aumento do número de matrículas em instituições privadas e, em segundo lugar, em instituições federais de ensino. Atualmente, 63,12% das matrículas do ensino superior na região nordeste se concentram nas instituições privadas (INEP, 2014c).

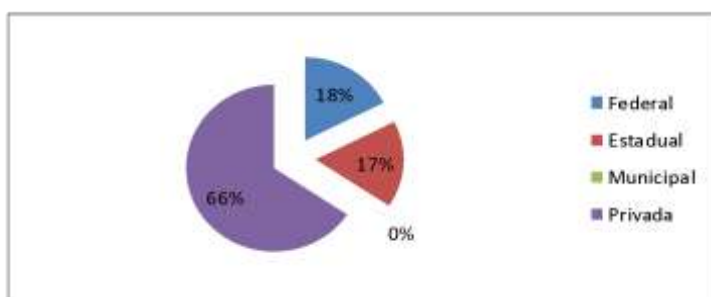
O Nordeste brasileiro engloba nove Estados. Em 2013, das mais de 1,5 milhões de matrículas da região nordeste, 15% eram no Estado do Ceará (228.191). Assim como na no Brasil e na região Nordeste, as matrículas do Estado do Ceará também estão concentradas na rede privada (66%), 18% nas instituições federais e 17% nas instituições estaduais de ensino superior (INEP, 2014c), ver figura 7.

Figura 6. Evolução das matrículas na região Nordeste por categoria administrativa, 1998 - 2013.



Fonte: Elaboração própria a partir de compilação dos dados Brasil (2001) e INEP (2014c).

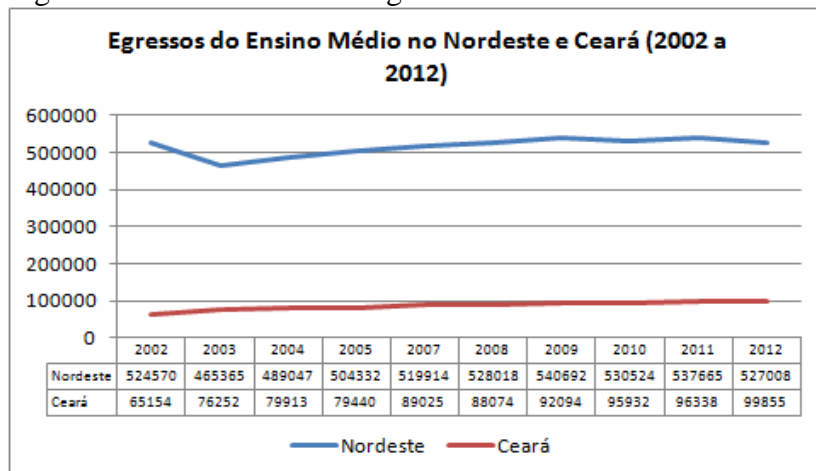
Figura 7. Distribuição do número de matrículas na Educação Superior, por categoria administrativa- Ceará 2013.



Fonte: Elaboração própria a partir de compilação de dados INEP (2014c).

Em relação aos que terminam o ensino médio na região Nordeste e no Estado do Ceará, a figura 8 traz a série histórica desse dado entre os anos de 2002 e 2012.

Figura 8 - Série histórica de egressos do ensino médio no Nordeste e Ceará (2002 a 2012)



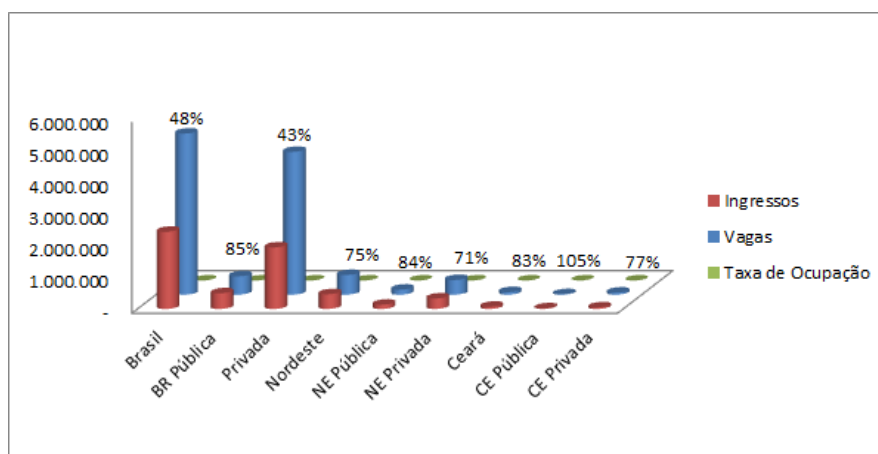
Fonte: Elaboração própria pela compilação dos dados INEP (2003; 2004a; 2005a; 2006a; 2008a; 2009a; 2010a; 2011a; 2012a; 2013a).

A situação vivenciada no Brasil tem um aspecto diferenciado na região Nordeste e no Ceará.

A quantidade de vagas ofertadas nos cursos de graduação para o Nordeste foi maior que a quantidade de estudantes egressos do ensino médio no ano anterior, porém os valores não são tão distantes. No Nordeste em 2013, foram ofertadas aproximadamente de 620 mil vagas no ensino superior para uma quantidade de estudantes que concluíram o ensino médio em 2012 próximo a 550 mil. Já, em relação aos ingressos por processos seletivos em cursos de graduação, nesta região foi de 462 mil, equivalente a 75% de ocupação das vagas.

Porém, no Estado do Ceará, a quantidade de vagas no ensino superior foi inferior ao número de egressos do ensino médio. Enquanto foram ofertadas pouco mais de 84 mil vagas, houve quase 100 mil egressos do ensino médio, e ingressaram por processos seletivos no ensino do Ceará quase de 70 mil estudantes (alcançando 83% de taxa de ocupação). Percebe-se pela sobra de vagas, que dentre os egressos do ensino médio há aqueles que, seja qual for o motivo, não ingressaram em cursos superior. No Ceará, permaneceram não ocupadas aproximadamente 17% das vagas.

Figura 9. Número de vagas ofertadas e ingressantes por processo seletivo no Brasil, Nordeste e Ceará por categoria administrativa no ano de 2013, destacando a taxa de ocupação das vagas no ensino superior.



Fonte: Elaboração própria compilação dos dados do INEP (2014c).

A medida que delimitamos a abrangência da mostra, do Brasil para Ceará, aumentamos a taxa de ocupação, delineando que ainda há uma demanda por ensino superior na região Nordeste e, principalmente, no Ceará.

Dessa forma, enquanto o a política de expansão e interiorização de cursos de graduação do Governo Federal apoiou e fomentou surgimento de vagas, o mesmo ritmo não ocorreu para o ensino médio; levando ao surgimento de vagas ociosas em diversas modalidades de cursos em todos os níveis de administração (Tabela 1): Federal, Estadual, Municipal e Privadas. Afinal, como já destacado anteriormente, em todo país há mais vagas que estudantes concluindo o ensino médio.

Em termos de Brasil, percebe-se que é desnecessário aumentar o número de vagas do ensino superior para atingirmos a taxa de escolaridade líquida almejada. É preciso muito mais investimento e incentivo na formação nas etapas anteriores de ensino (fundamental e médio) para que o jovem possa estar apto para continuar seus estudos.

Quanto às distorções regionais, em 2003, a taxa de escolarização líquida do ensino superior no Brasil era 10,6, enquanto no Nordeste e Ceará eram 5,7% e 6,0% respectivamente (IBGE-PNAD apud INEP, 2006). Houve avanços em termos numéricos no Nordeste e no Ceará tanto em relação ao ensino médio, como superior.

Em uma análise preliminar, seria possível concluir que o estado do Ceará chegou ao ponto de equilíbrio entre vagas de nível superior e egressos do ensino médio, já que em 2013 foram ofertadas mais de 84 mil vagas para um público alvo de quase 100 mil egressos do ensino médio, sendo que as vagas ofertadas não foram efetivamente preenchidas; apenas 83% foram ocupadas. Contudo, como há constante aumento do número de egressos do ensino médio no Ceará, faz-se importante também manter o crescimento de vagas em cursos superior, em especial em Instituições Públicas de nível superior, tendo em vista que mais da metade dos estudantes do ensino médio são de escolas públicas.

Há de admitir que essas vagas podem ser preenchidas por pessoas que já concluíram o ensino médio em outros anos, retomando seus estudos para maior qualificação e capacitação. Porém, como já destacado no PNE de 2001, o ingresso no mercado de trabalho influi no ingresso, permanência e conclusão de cursos, seja de nível fundamental, médio ou superior.

Surge, então, necessidade de atuação dos governos para a nova PNE de 2014 para atingir as metas estabelecidas para aumento de escolarização de nível superior da população, e em especial naquela de faixa etária de 18 a 24 anos.

Conclusão

As medidas adotadas pelo Governo Federal para expansão e interiorização de cursos de nível superior proporcionaram à população diversas oportunidades em todas as regiões do país, muito embora tal oportunidade não esteja sendo devidamente aproveitada, especialmente pelos egressos do ensino médio, levando ao surgimento de vagas não ocupadas todos os anos.

Devido ao descompasso entre o crescimento do número de vagas em cursos de graduação para o ensino médio, o número de vagas de graduação não preenchidas no País atualmente é muito grande. Tal situação é agravada quando os egressos do ensino médio enveredam por objetivos diversos da progressão de estudos, tendo como destaque o ingresso no mercado de trabalho, já destacado pela PNE de 2001.

Houve avanços nos últimos anos para sanar as distorções de oportunidades de ensino entre as regiões e estados brasileiros. Assim, a região nordeste e o Estado do Ceará tem aumentando continuamente o número de estudantes nos ensino médio e superior. Mesmo assim, caracteriza-se sobra de vagas no ensino superior nestas regiões, aliadas a uma demanda por maior escolaridade nestas regiões.

Deve ser considerado também, que o aumento do número de vagas no ensino superior foi muito mais expressivo no setor privado, sendo este o setor majoritário em relação às vagas e matrículas do ensino superior no Brasil, Nordeste e Ceará.

Com o advento da PNE de 2014, surgem novas oportunidades de ação para os governos a fim de atingirem as metas estabelecidas, tendo como principais aliadas as IES Superior, tendo em vista que a maior porção dos egressos do ensino médio são de escolas

públicas. Também, há necessidade de oferecer oportunidade de que todas as vagas destas Instituições possam ser preenchidas por qualquer cidadão de qualquer estado, a fim de que sejam evitadas vagas ociosas. Dessa forma, destacam-se grandes desafios para educação brasileira e do Ceará: i) a ampliação da rede pública superior e de vagas nas IES públicas; ii) a redução das desigualdades regionais, quanto ao acesso e à permanência; (iii) programas integradores dos diferentes graus de ensino, levando tanto a IES para dentro das escolas de ensino básico, como trazendo alunos, professores e dirigentes para as Universidades, Faculdades, Centrou e Institutos Superiores;

Referências:

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> . Acesso em: 20 ago. 2015.
- BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2014 e dá outras providências**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- DOURADO, L. F. **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2009**. In: Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, número 26. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015471711102013171529343967.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da Educação Básica 2013**. Brasília: 2014a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2014/apresentacao_coletiva_censo_edu_basica_022014.pdf> Acesso em: 27 ago. 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da Educação Superior 2013: CenSup**. Brasília: 2014b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf> Acesso em: 27 ago. 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Projeção Demográfica; Projeção de Matrículas, Taxas de Atendimento e Taxas de Transição; Indicadores do Censo Escolar** (versão preliminar). . Brasília: 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/PNE/ne_rel_2.pdf. Acesso em: 30 ago. 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2012**. Brasília: 2013a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> . Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2011**. Brasília: 2012a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> . Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2010**. Brasília: 2011a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> . Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2009**. Brasília: 2010a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> . Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2008**. Brasília: 2009a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> . Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Brasília: 2008a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> . Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2005**. Brasília: 2006a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> . Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2004**. Brasília: 2005a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> . Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2003**. Brasília: 2004a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> . Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2002**. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2001**. Brasília: 2002. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2013**. Brasília: 2014c. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> . Acesso em: 27 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2012**. Brasília: 2013b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> . Acesso em: 27 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2011**. Brasília: 2012b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> . Acesso em: 30 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2010**. Brasília: 2011b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> . Acesso em: 30 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2009**. Brasília: 2010b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> . Acesso em: 30 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2008**. Brasília: 2009b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> . Acesso em: 30 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2007**. Brasília: 2008b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> . Acesso em: 30 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2006**. Brasília: 2007. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> . Acesso em: 30 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2005**. Brasília: 2006b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> . Acesso em: 30 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2004**. Brasília: 2005b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> . Acesso em: 30 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2003**. Brasília: 2004b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação 2001**. Brasília: 2001. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SPELLER; P.; ROBL, F.; MENEGHEL, S.M (org.). **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012. 164 p.

.